

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas, na cidade de Socorro, Estado de São Paulo, realizou-se a reunião da Mesa Diretora da Câmara Municipal. Compareceram os seguintes vereadores: Tiago Minozzi de Faria, Patrícia de Toledo da Silva Pinto e Marco Antonio Zanesco. Foi distribuído para apreciação da Mesa Diretora o Projeto de Resolução nº 01/2025, acrescenta o inciso VIII ao Art. 76 e acrescenta artigo à SEÇÃO II - DAS COMISSÕES PERMANENTES da Resolução n.º 04/2002 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Socorro - cria Comissão de Pessoa com Deficiência. O relator, vereador Marco Antonio Zanesco, no exercício de suas atribuições, apresentou o seguinte parecer: "A criação de uma comissão na Câmara Municipal de Socorro para tratar dos Direitos da Pessoas com Deficiência é crucial para assegurar a inclusão e a igualdade de oportunidades, além de promover uma cidade mais acessível e acolhedora. Essa comissão teria um papel estratégico, e aqui estão algumas justificativas para sua formação: 1. Acessibilidade Universal: Garantir que os espaços públicos, serviços municipais e políticas sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas. 2. Inclusão Social: Trabalhar para integrar plenamente as pessoas com deficiência na sociedade, promovendo sua participação em atividades culturais, esportivas, educacionais e profissionais. 3. Elaboração de Políticas Públicas: Criar e monitorar a implementação de políticas que assegurem os direitos das pessoas com deficiência, como acesso à educação inclusiva, saúde de qualidade e transporte adaptado. 4. Combate ao Preconceito: Promover campanhas de conscientização para reduzir estigmas e preconceitos, além de educar a população sobre a importância de uma convivência respeitosa e empática. 5. Parcerias Estratégicas: Apoiar e colaborar com instituições e organizações locais que já trabalham com as questões das pessoas com deficiência, fortalecendo a rede de suporte e iniciativas existentes. 6. Fiscalização e Monitoramento: Assegurar que leis e normas de acessibilidade e inclusão sejam efetivamente cumpridas no município. Ao criar essa comissão, Socorro está dando um passo significativo rumo à promoção de uma sociedade mais equitativa, onde todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam exercer plenamente seus direitos e potencialidades. À vista do exposto concordo com a aprovação do mesmo". Os vereadores acataram o parecer do relator. Em seguida foi distribuído para apreciação da Mesa Diretora o Projeto de Resolução nº 02/2025, acrescenta o inciso IX ao Art. 76 e acrescenta artigo à SEÇÃO II - DAS COMISSÕES PERMANENTES da Resolução n.º 04/2002 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Socorro - cria Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres. O relator, vereador Marco Antonio Zanesco, no exercício de suas atribuições, apresentou o seguinte parecer: "A criação de uma comissão na Câmara Municipal de Socorro para tratar dos direitos da mulher é essencial para promover a igualdade de gênero e enfrentar desafios específicos que as mulheres enfrentam na sociedade. Essa comissão pode atuar em diversas frentes, como: 1. Elaboração de Políticas Públicas: Desenvolver e implementar políticas que garantam os direitos das mulheres, promovam sua segurança e incentivem sua participação em diferentes áreas da sociedade. 2. Combate à Violência de Gênero: Criar estratégias para prevenir e combater a violência contra as mulheres,

além de oferecer suporte às vítimas. 3. Promoção da Igualdade: Trabalhar para eliminar desigualdades no mercado de trabalho, na educação e em outros setores, garantindo oportunidades iguais para todas. 4. Conscientização e Educação: Promover campanhas educativas e de conscientização sobre os direitos das mulheres e a importância da igualdade de gênero. 5. Apoio a Iniciativas Locais: Fortalecer ações e projetos locais que já atuam em prol dos direitos das mulheres, criando uma rede de apoio mais ampla e eficaz. A criação dessa comissão é um passo importante para garantir que as demandas das mulheres sejam ouvidas e atendidas, além de fortalecer a cidadania e a justiça social no município. À vista do exposto concordo com a aprovação do mesmo". Os vereadores acataram o parecer do relator. Em seguida foi distribuído para apreciação da Mesa Diretora o Projeto de Resolução nº 03/2025, altera o inciso IV do Artigo 76 e o artigo 80 da SEÇÃO II - DAS COMISSÕES PERMANENTES da Resolução n.º 04/2002 - Regimento Interno da Câmara Municipal - denomina Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social e Esportes. O relator, vereador Marco Antonio Zanesco, no exercício de suas atribuições, apresentou o seguinte parecer: "A inclusão do Esporte na Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social tem por objetivo ampliar as funções de referida comissão, a qual passará a analisar questões relacionadas ao esporte socorrense, fortalecendo o papel do esporte como política pública e viabilizando a interação entre as áreas de educação, saúde, cultura e assistência social, de forma a estimular a prática esportiva como ferramenta de inclusão, cidadania e melhoria de vida. À vista do exposto concordo com a aprovação do mesmo". Os vereadores acataram o parecer do relator. Nada mais havendo a tratar a reunião foi dada por encerrada. Para constar, eu, Daniela Comito Mendes, Assistente Técnica Legislativa, lavrei a presente Ata que assino. a)

Sala da Presidência, 14 de março de 2025.

Tiago Minozzi de Faria
Presidente

Patrícia de Toledo da Silva Pinto
1ª Secretária

Marco Antonio Zanesco
2º Secretário